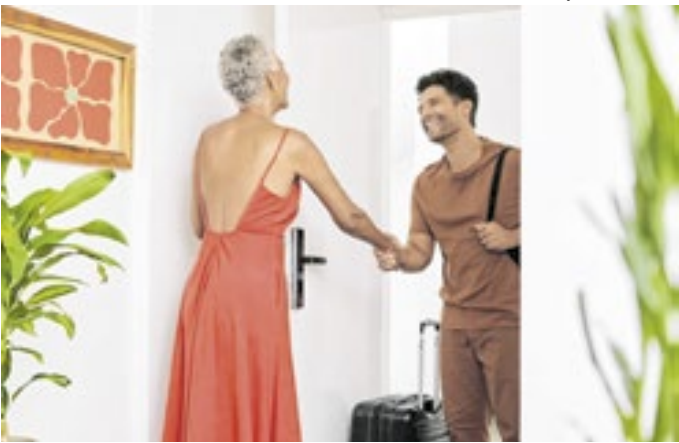


BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



DIVULGAÇÃO/NEWSROOM

Hóspedes e anfitriões do Airbnb movimentaram R\$ 1,6 bilhão

Cresce impacto do Airbnb no turismo e na economia urbana do DF

O avanço do turismo em Brasília tem ampliado a demanda por diferentes perfis de acomodação, e a atividade via Airbnb ganhou peso na dinâmica urbana da capital. Dados da Fundação Getulio Vargas indicam que, em 2025, os gastos de hóspedes e anfitriões movimentaram mais de R\$ 1,6 bilhão na economia local, impulsionando setores ligados à circulação de visitantes, como alimentação, transporte, manutenção e pequenos serviços distribuídos pelas regiões administrativas. A plataforma sustentou mais de 10 mil postos de trabalho e gerou mais de R\$ 442 milhões em renda, recursos que permanecem majoritariamente na cidade e reforçam o papel do turismo como vetor de oportunidades.

O estudo aponta ainda contribuição superior a R\$ 892 milhões para o PIB do DF e quase R\$ 139 milhões em tributos, mostrando que o impacto vai além da hospedagem e alcança cadeias produtivas diversas. A atualização do levantamento permite acompanhar a evolução da atividade e indica que o modelo de compartilhamento de espaços segue ampliando sua presença no mercado de estadias, atendendo perfis variados de visitantes que chegam à capital para compromissos profissionais, eventos, tratamentos de saúde e viagens familiares.



CAIO LÍRIO

O espetáculo traz a obra de Erasmo de Rotterdam

Caixa: ‘Elogio da Loucura’, com Leona Cavalli

Brasília recebe, entre 21 e 30 de agosto, a adaptação teatral de ‘Elogio da Loucura’, obra escrita por Erasmo de Rotterdam no início do século XVI e referência na crítica às estruturas de poder da época. A montagem, na Caixa Cultural, dirigida por Eduardo Figueiredo e interpretada por Leona Cavalli, integra a programação cultural da cidade e apresenta uma leitura contemporânea do texto, que segue influente por abordar temas como comportamento social, moralidade e disputas políticas. A encenação utiliza música ao vivo e recursos visuais que dialogam com diferentes linguagens artísticas, reforçando o caráter híbrido da proposta. Além das sessões, a programação inclui a oficina ‘Dramaturgia da Imagem’, em 22 de agosto, voltada a estudantes e interessados em criação cênica. A atividade discute como referências estéticas estruturam narrativas no palco. A temporada destaca a circulação de espetáculos nacionais na capital e amplia a oferta de produções que revisitam obras clássicas em formatos contemporâneos.

Ter renda extra impulsiona 80% dos anfitriões

O crescimento da hospedagem via Airbnb em Brasília também tem relação direta com o perfil dos anfitriões que compartilham seus imóveis.

Levantamento da plataforma mostra que mais de 80% dos participantes não têm a atividade como ocupação principal e utilizam a renda obtida para reforçar o orçamento doméstico.

Entre os entrevistados, mais da metade relatou que o ganho adicional ajudou a manter despesas da casa ao longo de 2025, enquanto quase 65% direcionaram parte dos recursos para alimentação e custos que ficaram mais altos no período.

O estudo indica ainda que a prática contribui para dinamizar o comércio de bairro, já que mais de 85% dos anfitriões recomendam restaurantes, cafés e serviços locais aos visitantes, estimulando a circulação de renda nas comunidades.

As indicações, em sua maioria, são feitas dentro das próprias regiões administrativas, o que ajuda a distribuir o fluxo de turistas e fortalece pequenos negócios que dependem da movimentação gerada por quem visita a capital.

Greve entra no radar da UnB esta semana

Professores da Universidade de Brasília (UnB) aprovaram uma paralisação para a próxima terça-feira (18) e deixaram para a mesma data a decisão sobre a deflagração de greve. A deliberação foi tomada em assembleia da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), realizada na quinta (13), diante da falta de avanços nas negociações com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A categoria decidiu aguardar o resultado da sexta rodada de tratativas, marcada para a última sexta-feira (14) no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF), antes de definir os próximos passos do movimento. O principal impasse envolve a Unidade de Referência de Preços (URP), tema que mobiliza os docentes há décadas. Segundo a entidade, cinco rodadas de negociação já ocorreram sem a apresentação de uma proposta considerada concreta pelo governo federal. Os docentes defendem a suspensão da absorção da URP até a conclusão das discussões e cobram soluções para os descontos aplicados a aposentados, além da revisão de absorções integrais.



Órgão argumenta que recursos fortalecerão os serviços à população

CLDF pode votar amanhã a parcela mínima para a Defensoria

DPDF pede destinação de maior porcentagem da receita corrente líquida

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 21/2026 (Pelo 21), que prevê um percentual mínimo da receita corrente líquida (RCL) do Distrito Federal para a Defensoria Pública (DPDF), deve ser votada em 2º turno pela Câmara Legislativa (CLDF) amanhã (18).

A matéria estava na pauta da última terça-feira (11), mas a sessão não teve quórum para a votação. O presidente da CLDF e autor da proposta, o deputado distrital Wellington Luiz (MDB), informou que este será um dos primeiros itens da próxima sessão.

A medida já passou pelo primeiro turno, em junho, com aprovação unânime.

O texto busca dar previsibilidade ao orçamento da instituição e ampliar sua capacidade de planejamento.

“O acesso à assistência jurídica reduz a judicialização desnecessária, promove soluções ágeis para conflitos relacionados à saúde, família, moradia e direitos sociais”, defendeu Wellington Luiz.

Atualmente, a DPDF recebe 0,94% da RCL do DF, um percentual menor que o previsto para as defensorias de Roraima (2%), Piauí (1,9%), Mato Grosso do Sul (1,65%) e Minas Gerais (1,3%).

No primeiro semestre de 2026, a instituição registrou

mais de 396 mil atendimentos. A vinculação de recursos busca garantir condições para ampliar a assistência jurídica gratuita à população do DF.

A RCL serve de referência para definir a parcela destinada ao órgão. Com a mudança, o planejamento financeiro poderá considerar um valor mínimo previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal.

O órgão presta orientação e defesa jurídica gratuita a pessoas que não podem pagar pelo serviço. De acordo com a Defensoria, o volume de atendimentos registrado neste ano indica a alta demanda existente na capital.

Segundo o defensor público-geral do DF, Reinaldo Rossano, a medida é essencial para ampliar a presença institucional e qualificar o atendimento à população. Ele afirma que a proposta tem como objetivo reduzir as oscilações na disponibilidade de recursos e permitir que a instituição organize despesas, equipes e ações de atendimento com maior antecedência.

Além disso, a iniciativa relaciona o orçamento atual à alta demanda por serviços jurídicos gratuitos, especialmente em casos que envolvem pessoas sem condições financeiras para contratar um advogado particular.